



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 14ª reunião, realizada em 21 de janeiro de 2019

1 Em 21 de janeiro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Letícia
6 Capistrano Campos, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público: Carla Raquel Fonseca Corrêa, da Secretaria de Estado de Agricultura,
8 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Laura de Moraes Andrade Coutinho, da
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
10 Ensino Superior (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
11 Governo (Segov). Representantes da sociedade civil: Thiago Salles de
12 Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);
13 Taiana Guimarães Arriel, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Adriano
14 Scarpa Tonaco, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
15 (Fiemg); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia
16 Sanitária e Ambiental (Abes); Oswaldo Dehon Roque Reis, do Conselho
17 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**
18 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
19 Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Letícia Capistrano Campos
20 declarou aberta a 14ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças
21 Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
22 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Nós estamos conversando com o novo
23 governo, a Abes já está em conversas, inclusive, com a Secretaria de Meio
24 Ambiente. Nós amanhã teremos uma agenda com o secretário, para posicionar
25 a Abes sobre o novo governo. Lógico, o Germano já nos conhece há algum
26 tempo, mas nós tomamos essa iniciativa para poder contribuir como sempre
27 estivemos aqui tanto na Câmara Técnica quanto no Plenário do COPAM. Na
28 questão de energias renováveis, nós sempre fomos muito propositivos aqui na
29 Câmara Técnica. Não sei em que pé estamos em relação ao Estado, mas
30 temos um pensamento de investir e que o Estado invista planejando nessa área,
31 principalmente aonde ele pode fazer mais, que é no seu próprio consumo,
32 acreditamos nós. Ou seja, a substituição de energias por outras renováveis
33 pode ser um grande ganho para o Estado e um grande investimento gerando
34 tudo que nós sabemos. Ou seja, para a questão ambiental e também
35 economicamente e também em economia para o Estado. Então, eu acho que a
36 Câmara devia começar desse patamar para cima, porque é por isso que nós

37 estamos aqui. Segundo ponto, presidente, muito me incomoda, eu não sei por
38 que – deve estar no Regimento –, a execução do Hino Nacional em todas as
39 reuniões e talvez na reunião plenária. Isso deve ter sido trazido para as
40 reuniões das Câmaras por aderência. Mas eu sinto a desnecessidade disso, eu
41 fico desconfortável, eu acho que não tem nenhuma necessidade de uma
42 câmara técnica fazer uma reunião e iniciar com o Hino Nacional. Pode ser
43 Regimento, mas eu queria propor que a gente pulasse essa parte, começasse a
44 trabalhar imediatamente. Eu não sei por que, mas me incomoda. Eu não sei se
45 aos outros conselheiros incomoda. Não é questão patriota ou coisa assim, mas
46 eu acho que o Hino Nacional tem um patamar muito maior do que a gente. Eu
47 penso assim, é opinião.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Sobre o
48 primeiro comentário, eu agradeço, está registrado. A Abes é uma parceira há
49 muitos anos. Nós sabemos. Quanto ao segundo item, do Hino Nacional, eu vou
50 passar para a Vânia.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/Assessoria dos Órgãos
51 Colegiados/SEMAD: “Realmente, conselheiro Rogério, é regimental. O
52 funcionamento das reuniões está estabelecido na DN 177, a norma que dispõe
53 sobre o Regimento Interno do funcionamento de todas as unidades colegiadas
54 do Conselho Estadual de Política Ambiental, que, inclusive, está em revisão.
55 Nós vamos trazê-lo aprovado pelo Plenário do COPAM, e quando estiver na
56 revisão eu acredito que a Abes ou qualquer outra entidade que se sinta na
57 mesma situação pode propor a retirada. Mas hoje nós cumprimos o que está
58 estabelecido no Regimento Interno.” Conselheira Taiana Guimarães Arriel: “No
59 final do ano passado, nós tivemos três documentos publicados pela FEAM na
60 nossa área, florestal, que nós representamos, e nós queríamos fazer algumas
61 considerações sobre esses documentos, que foram publicados todos em
62 atendimento à DN 227, do carvão vegetal, para adequação ao artigo 3º dessa
63 DN. Foi publicado um termo para a questão de cortina arbórea, outro para o
64 estudo de dispersão atmosférica, e o outro é uma orientação para comprovação
65 de performance da produção de carvão vegetal. E nós notamos junto aos
66 demais colegas uma dificuldade de encontrar no sistema esses documentos,
67 porque eles estão em links muito entranhados dentro do site da FEAM, da
68 SEMAD. Então nós queríamos que a FEAM olhasse com um pouquinho mais de
69 cuidado para que o produtor que está lá no interior e até mesmo as empresas
70 tenham uma maior facilidade de encontrar esses documentos. Se nós tivemos
71 um pouquinho de dificuldade, talvez eles também vão ter. Em relação à
72 orientação para o cumprimento de alguns termos do artigo 3º dessa DN 227,
73 nós vemos que na DN fala que a apresentação desse cumprimento da norma
74 através da tabela que saiu no final do ano passado conta seis meses a partir da
75 publicação da DN. E como teve essa demora de publicar essa tabela para
76 adequar aos termos da DN, esse prazo está muito curto. A DN foi publicada em
77 agosto, e o prazo se encerra em fevereiro. Então nós gostaríamos que vocês
78 olhassem também por esse prazo, como teve essa demora da publicação dessa
79 orientação, dessa tabela de adequação, sobre esse tempo, que está muito curto

80 para todo mundo conseguir se adequar. E também nessa tabela não se fala da
81 amostragem dos fornos de carbonização, como vai ser, se vai ser por
82 porcentagem, se vai ser um número. E também não está claro, não
83 conseguimos visualizar com que frequência esse relatório vai ter que ser
84 preenchido. Nós trabalhamos com batelada, com mês, mas quando vai ser
85 exigido isso, de quanto em quanto tempo a FEAM vai exigir esse documento.”
86 Presidente Letícia Capistrano Campos: “Eu vou levar as considerações para a
87 equipe técnica, mas queria fazer um adendo à primeira, com relação aos links
88 no site. Realmente o nosso site está um pouco confuso, nós estamos passando
89 por um trabalho para tentar melhorar a questão da transparência ativa no nosso
90 site, e em breve talvez tenhamos algumas mudanças. As demais questões eu
91 vou levar para a equipe técnica, e nós retornamos para a AMS na próxima
92 reunião.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “A colega nos fez lembrar que nós
93 temos a questão da legislação de incineração etc., de Minas, que impede a
94 incineração de resíduos. Tem a ver com a nossa Câmara, porque tem a ver com
95 energia. A Abes tem uma câmara técnica especializada em resíduos, que se
96 reúne mensalmente, é presidida pela Flávia Mourão, que foi diretora-geral da
97 Agência Metropolitana. A Abes é aberta a todos, então também tem pessoas do
98 Estado, pessoas da SLU. E lá o que estava se discutindo é a regulamentação
99 da Lei de Incineração, e parece que o Estado teria já o decreto para essa
100 regulamentação. Eu não sei se o decreto esclareceria futuramente o que você
101 pede, mas eu gostaria de saber aqui e que a Câmara fizesse esforços para
102 saber como vai se dar isso, como vai caminhar isso em termos da
103 regulamentação das outras tecnologias que não incineração. Porque
104 incineração está expressa na proibição, mas tem carbonização, que é a mesma
105 coisa que pirólise, tem gaseificação. Nós temos, por exemplo, uma usina de
106 geração de energia sendo inaugurada em Boa Esperança. Então eu queria, em
107 nome da Abes, pedir informação desse trâmite, se continua aqui a se estudar a
108 proposição de um decreto para regulamentar essa lei.” Presidente Letícia
109 Capistrano Campos: “É uma outra questão que eu vou ter que levar para a área
110 técnica pertinente, e na próxima reunião nós retornamos dando um
111 posicionamento para os conselheiros. Porque infelizmente a equipe técnica de
112 qualidade do ar hoje não está aqui. Mas já está registrado, e nós trazemos um
113 posicionamento na próxima reunião.” **4) EXAME DA ATA DA 13ª REUNIÃO DA**
114 **CEM.** Aprovada por unanimidade a ata da 13ª reunião da Câmara de Políticas
115 de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 17 de dezembro de 2018.
116 Votos favoráveis: Sedectes, Segov, Fiemg, Abes, Seapa e AMS. Abstenção:
117 Abragel. Ausências: Cáritas Diocesana de Itabira, Assembleia Legislativa, Secir,
118 Crea e Setur. **5) CENÁRIOS PARA A ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO**
119 **ENERGÉTICA. Apresentação: FEAM.** Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM,
120 fez apresentação das políticas existentes e da proposição dos cenários para a
121 Estratégia de Transição Energética para o Estado de Minas Gerais. O conteúdo
122 da apresentação foi disponibilizado no site da SEMAD. Após a exposição, foram

123 registradas as seguintes manifestações. **Debates.** Conselheiro Rogério Pena
124 Siqueira: “Primeiro, tem uma coisa muito boa, que Minas não sai do zero. Nós
125 temos uma trajetória, estudos, e aproveitar isso, quer dizer, não jogar a bacia
126 com o neném fora é importantíssimo no momento. Agora uma notícia ruim é o
127 que vai virar a política nacional, porque você está falando de MDC, e o
128 presidente está falando em sair do Acordo de Paris. Eu não sei o que vai
129 acontecer com isso, mas é bom também estarmos atentos e na hora de fazer os
130 planejamentos considerar a conjuntura. Eu fiquei com uma dúvida nos gráficos.
131 Eu sei que pode ser padrão apresentar tonelada equivalente de petróleo, mas
132 eu gostaria de ver – talvez seja bom para todos nós – também isso
133 transformado em megawatt, gigawatt de energia. Eu estou falando isso porque
134 há muita possibilidade de mudanças nessa área, inclusive na área de
135 transporte. Então seria bom ter esse paralelo.” Morjana Moreira dos Anjos, da
136 FEAM: “As emissões são feitas, e tem um fator de emissão publicado pelo
137 MCTIC, por megawatt. Então essas emissões aqui são correspondentes a essa
138 quantidade. Está em toneladas equivalentes de petróleo, mas podemos
139 transformar para megawatt, sem problema nenhum.” Conselheiro Rogério Pena
140 Siqueira: “Que houvesse uma outra tela mostrando a energia, porque isso pode
141 significar nada, mas pode significar alguma coisa pelo que pode acontecer em
142 termos de futuro. Se a matriz, por exemplo, de transporte caminha para energia
143 elétrica, nós temos condição de produzir energia elétrica? Porque se fala muito
144 no carro elétrico, caminhão elétrico. Isso já está chegando, mas será que nós
145 temos capacidade? Interfere na sua demanda de energia. É só um comentário.
146 E por último eu penso que o documento também deve ter uma parte propositiva,
147 não só em termos de incentivo para terceiros, para investidores etc., eu acho
148 que o Estado tem que tomar para si também tarefas. O Estado também, apesar
149 de não pagar contas, de tudo o que sabemos, de estar quebrado hoje, é um
150 grande consumidor, nem que seja comercial, de energia. Então ele é um player
151 nisso e pode ganhar com isso também. Tanto economicamente é bom para o
152 Estado investir nisso, considerando a substituição gradual. Nos prédios
153 públicos, por que não buscar a mudança já que é permitido e se consegue
154 fazer? A própria Cemig tem a geração distribuída, que pode participar disso.
155 Então pode ter arranjos futuros importantes que geram, além de economia para
156 o próprio caixa do Estado, também investimentos em energias renováveis, que
157 nós sabemos que o Norte de Minas hoje é o maior potencial nesse sentido. Eu
158 também vi ali a questão de transmissão. O que se pensa é de o próprio Estado
159 investir na transmissão, é isso que está pensado? Como está pensada a
160 transmissão? Porque transmissão depende um pouco do Sistema Nacional. Eu
161 vi que tem alguma coisa de incentivo à questão de transmissão, mas pergunto
162 como. Nós vamos tentar mudar normas nesse sentido? Porque é tudo regulado,
163 é tudo por leilões, como nós sabemos.” Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM:
164 “Na verdade, a parte de transmissão aqui dentro do que foi apresentado foi só
165 uma avaliação dos incentivos propostos dentro do Programa Mineiro de Energia

166 Renovável. Em um primeiro momento, justamente por essa questão de ser algo
167 de competência federal, os Estados têm pouquíssima autonomia para propor
168 coisas em termos de regulamentação para linhas de transmissão, a princípio,
169 não iremos tratar com a parte de transmissão. Ela apareceu aqui na
170 apresentação, mas como uma questão de avaliação do instrumento que estava
171 proposto dentro do PMER. O principal objetivo da estratégia de transmissão
172 energética neste primeiro momento será fazer expansão de energias renováveis
173 pelo programa de expansão de energia renovável e, posteriormente, pelo
174 programa de eficiência energética. Neste primeiro momento, nós tratamos os
175 insumos de cada setor de uma forma bem geral. Um segundo passo será
176 descer por tecnologias, por indústrias também, por setor de transporte. Igual
177 você falou da questão do carro elétrico, é importantíssimo fazer essa avaliação
178 da matriz. Porque não adianta mudar a frota de combustível fóssil para carro
179 elétrico sendo que a nossa matriz está poluída. Depois não tem energia e
180 também tem que aumentar, por exemplo, o funcionamento de térmicas também
181 para o combustível fóssil. Nesse sentido, essa análise vai ser realizada, mas em
182 um segundo momento. Neste momento, nós estamos fazendo uma análise
183 macro, e o nosso objetivo, depois de terminar essa análise, deve ser
184 pontualmente para cada setor analisar as demandas, as melhores tecnologias
185 disponíveis no mercado, a viabilidade de essas tecnologias serem inseridas em
186 determinado momento, no curto, médio e longo prazo. Então isso
187 posteriormente será abordado, mas neste primeiro momento os cenários têm
188 como base propor a substituição gradual da matriz elétrica e promover uma
189 maior inserção das fontes renováveis e também propor ganho de eficiência
190 energética do setor e também fazer essa análise de custo-efetividade. Porque
191 não adianta falar que é viável colocar a matriz inteira gerando 100% por
192 fotovoltaica, sendo que isso não é financeiramente viável. Então neste primeiro
193 momento essas são as três partes que vamos trabalhar.” Conselheiro Rogério
194 Pena Siqueira: “A questão de o Estado fazer a sua parte aonde se inseriria
195 aqui?” Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM: “É uma coisa que vimos
196 trabalhando desde o início do Plano de Energia e Mudanças Climáticas, nós
197 propomos medidas para o Estado. Então eu acho que o principal papel do
198 Estado neste primeiro momento em termos de dar exemplo é justamente nas
199 questões de edificações por meio do programa de eficiência energética.
200 Provavelmente nesse programa vai haver medidas nesse sentido de promover
201 eficiência energética dentro do Estado e também a geração distribuída dentro
202 dos prédios. Hoje nós vemos que no setor internacional tem uma tendência à
203 promoção dos edifícios que consomem a quantidade de energia gerada, que
204 gerem sua própria energia, tenham um nível ótimo de eficiência energética, um
205 nível otimizado, e que além de gerar a energia que consome ele ainda possa
206 inserir energia dentro da rede. Então nós vamos trabalhar visando isso. Claro
207 que estamos muito distantes dessa realidade ainda. Hoje tem a França, por
208 exemplo, que já tem isso proposto em lei.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira:

209 “Eu vou dar um exemplo prático e real. A Cidade Administrativa, com aquela
210 área toda, poderia ter uma usina fotovoltaica e ficar autossuficiente de energia
211 até desde o princípio, desde o projeto. Mas ainda é possível. Eu estou dizendo
212 que deveria ter coisas que seriam exemplos imediatos e possíveis para uma
213 ação, porque isso traz outras coisas, traz planejamento, traz visão das pessoas
214 e do mundo e do mercado. Esses investimentos podem custar zero ao Estado
215 em termos de investimentos, dependendo da forma que for feita. Eu propus isso
216 na Prefeitura de Belo Horizonte, a prefeitura lançou um PMI para fazer uma
217 usina fotovoltaica no aterro sanitário de Belo Horizonte – que está lá paralisado,
218 não tem destinação; é uma coisa difícil o trato com vizinhos, problema de
219 invasão etc. –, para fornecer energia para os prédios públicos da prefeitura. É
220 um projeto totalmente viável no qual quem oferecer a energia com a menor
221 tarifa ganha o direito de construir e explorar por 30 anos ou por 25, que é o
222 tempo que dura uma planta solar, vendendo, com a garantia da compra da
223 prefeitura. A prefeitura não gasta um tostão e pode economizar até 30% do
224 valor da sua conta, que é R\$ 60 milhões por ano de energia, com esse projeto.
225 Por que não fazer isso? Pode ser a Cidade Administrativa, mas é distribuída,
226 não precisa produzir no local, pode produzir lá no Norte de Minas, que,
227 inclusive, é mais viável economicamente, porque a produtividade lá é muito
228 maior, e transmitir para cá. Eu estou falando de coisas práticas, talvez dentro
229 desse documento, para que alerte o mundo político e o mundo decisório de
230 alguma coisa mais prática que traga as pessoas, inclusive, a ler o documento. E
231 o mercado também passe a buscar, porque, quando o mercado volta os olhos
232 para as coisas, nós sabemos que elas acontecem.” Conselheiro Adriano Scarpa
233 Tonaco: “Minas já foi referência na parte de licitações sustentáveis. Hoje em dia
234 esse programa se perdeu um pouco no governo, mas eu acho que é uma forma
235 de também induzir, além desses programas e planos, a transição energética
236 para fontes renováveis. Então eu acredito que nós podemos olhar com carinho
237 essas legislações que já existem, que promovem a sustentabilidade nas
238 licitações, e se conseguem ganhos em relação à energia. Só dando uma
239 sugestão, não sei se é possível, mas eu senti falta da questão dos municípios.
240 Talvez seja complicado, eu não sei quantos municípios em Minas possuem
241 legislações que vão de encontro com o trabalho, mas, por exemplo, Betim tem
242 uma lei de 2017 que dá desconto no IPTU para imóveis tanto comerciais e
243 residenciais que tenham energia fotovoltaica e aquecimento solar. Às vezes vale
244 a pena fazer uma pesquisa. Acredito que não são muitos municípios, mas
245 podem acrescentar para o estudo. Eu acho que vale a pena ter essa visão
246 municipal também.” Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM: “Muito obrigada,
247 essa questão, na verdade, vai ser abordada na próxima apresentação, do ‘Clima
248 na prática’, em que temos esse trabalho junto com os municípios, e uma
249 vertente é justamente a parte de energia. Neste primeiro momento as diretrizes
250 abordadas serão estaduais, e tem a possibilidade de auxiliarmos os municípios
251 na implementação das suas leis de promoção de energia renovável, até mesmo

252 porque nós sabemos que o impacto local é muito mais eficiente do que uma
253 diretriz estadual. Então esse trabalho com o município já é previsto, e dentro da
254 ferramenta 'Clima na prática' já tem uma aba específica para poder fazer esse
255 trabalho junto com os municípios mineiros.” Conselheiro Adriano Scarpa
256 Tonaco: “Qual vai ser entregue após a definição de cenários?” Morjana Moreira
257 dos Anjos, da FEAM: “A estratégia em si. O nosso objetivo é que essa
258 estratégia seja encaminhada para a Assembleia, transformada em uma política
259 do Estado regulamentada, posteriormente, pelos dois programas: o de eficiência
260 energética e o de energia renovável.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho:
261 “Existe um cronograma previsto para que isso aconteça? Vai ser ao longo de
262 2019, já tem uma expectativa em relação a isso?” Morjana Moreira dos Anjos,
263 da FEAM: “O nosso objetivo é quem em 2019 a estratégia seja consolidada e
264 que a publicação seja em 2020, com vigência a partir de 2020.” Conselheiro
265 Thiago Salles de Carvalho: “Você falou que são dois produtos finais que esse
266 trabalho vai gerar.” Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM: “Na verdade, nós
267 pretendemos criar quatro ferramentas básicas. A primeira é a lei de transição
268 energética. Por meio dela é que vamos embasar os programas. Então primeiro
269 a lei, que depois vai ser regulamentada pelos programas de eficiência
270 energética e energia renovável, e o quarto instrumento seria os relatórios de
271 acompanhamento. É muito importante fazer esse acompanhamento e avaliação
272 e propor revisões periódicas. A princípio a revisão está prevista para ser
273 bianual, a cada dois anos fazer a avaliação e a revisão da estratégia e dos
274 programas.” **6) AÇÕES POR TEMÁTICA DA FERRAMENTA CLIMA NA**
275 **PRÁTICA E CONVITE AOS MUNICÍPIOS. Apresentação: FEAM.** Sarah
276 Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM fez apresentação de nova etapa do projeto
277 “Clima na Prática”, com convite aos municípios. O conteúdo da apresentação foi
278 disponibilizado no site da SEMAD. Após a exposição, foram registradas as
279 seguintes manifestações. **Debates.** Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Isso
280 praticamente é desenvolver um planejamento estratégico para as cidades.
281 Agora qual a estrutura que a cidade recebe ao aderir? Na verdade, vai ter que ir
282 alguém treinar. Lógico que não vai ficar gente permanentemente lá, mas vai ter
283 que ir alguém treinar a equipe, fomentar informações iniciais, como trabalhar
284 planejamento estratégico e tal. Isso tem um contrato com terceiros ou é o
285 próprio Estado que vai fazer?” Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM: “Tem
286 com terceiros também.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Quanto está
287 investido nisso?” Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM: “Eram 50 mil euros
288 de financiamento, apoio técnico de uma consultoria especializada, aqui de Belo
289 Horizonte, e nós, técnicos, entraríamos também dando suporte.” Conselheiro
290 Rogério Pena Siqueira: “É o Estado que está financiando ou a prefeitura que vai
291 aderir ao financiamento?” Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM: “É a
292 Agência Francesa de Desenvolvimento.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira:
293 “Mas tem financiamento de recursos não reembolsáveis ou reembolsáveis? A
294 cidade vai assumir esse financiamento?” Sarah Emanuelle Teixeira

295 Gusmão/FEAM: “Esse financiamento é para que a consultoria preste apoio
296 técnico aos municípios, nenhuma ação do município será custeada por esse
297 financiamento.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Se o município aderiu, é
298 um financiamento, de uma instituição estrangeira. Como esse financiamento é
299 devolvido, de que forma? É a cidade que vai ter que pagar pela consultoria ou é
300 o Estado que está assumindo isso?” Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM:
301 “A cidade não vai pagar.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “É necessário
302 saber devido ao momento, senão ninguém vai aderir. Esse é o primeiro ponto.”
303 Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão/FEAM: “A cidade não vai pagar nada, o que
304 ela assumir será com seus próprios recursos. Inclusive, isso é algo que tem no
305 convite. Esse financiamento não tem nada a ver com o município.” Conselheiro
306 Rogério Pena Siqueira: “Eu acho mais importante investir nisso do que certos
307 investimentos diretos que são perdidos. Quando investimos em planejamento,
308 mesmo que se perca o investimento no futuro, alguém foi treinado, algum
309 investimento teve, a cidade participou. Por exemplo, Janaúba já perdeu três
310 vezes o financiamento do aterro, porque é uma cidade que não tem capacidade
311 operacional. E quando você investe em planejamento você cria essa visão de
312 planejamento, e até pode ter futuramente, com o planejamento, condições
313 técnicas de tocar as coisas. Por isso que eu acho que é importante e terá,
314 pessoalmente, o meu apoio em Janaúba e Mariana.” Sarah Emanuelle Teixeira
315 Gusmão/FEAM: “Como eu falei agora, não existe a liberação de recurso
316 financeiro para os municípios para custear nada, porém vamos lembrar que a
317 própria AFD fez o pedido de colocar município lá porque ela tem interesse em
318 financiar projetos. Neste momento, nós não estamos financiando nada, porém
319 nós estamos dando suporte aos municípios para que eles mesmos criem seus
320 próprios projetos.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Para construir requisitos
321 de se candidatar a investimentos. É por isso que eu acho inteligente, que eu
322 acho que tem que ser apoiado. Eu gostei da proposta.” Conselheiro Oswaldo
323 Dehon Roque Reis: “Sobre a questão que foi apresentada, tem uma coisa muito
324 importante aqui que tem a ver com o fato de que nós tínhamos, ainda no
325 governo passado, uma proposta espetacular, que teve uma descontinuidade
326 mesmo dentro do governo anterior, que é a proposta de internacionalização dos
327 municípios. Foi levada adiante pelo Rodrigo Perpétuo, nós estivemos com ele
328 na Cidade Administrativa várias vezes. Havia uma agenda bastante ambiciosa
329 no intuito de poder produzir a internacionalização. Nós temos um conjunto muito
330 pequeno de municípios que têm portas abertas para a área internacional, e uma
331 das áreas mais tipicamente internacionalizada é a área de meio ambiente. É
332 uma área em que, do ponto de vista normativo, desde o plano global até o plano
333 municipal, local, tem uma conexão. Então quando observamos situações como
334 essas, que se desdobram em projetos e programas ambiciosos para poder
335 estabelecer uma conexão com o poder local, eu acho que valia a pena. Porque
336 nós tínhamos naquele momento a presença da Secretaria de Estado de Ciência
337 e Tecnologia também. Existem núcleos em vários espaços do governo estadual

338 em que há o debate sobre a internacionalização, e vem em um momento muito
339 bom mesmo pelo fato de que não só há uma certa desconfiança, seja no que
340 diz respeito às questões de base daquilo que isso representa, seja do ponto de
341 vista da ação e do planejamento público no intuito da mitigação da própria
342 adaptação, como você tinha apresentado. E eu acho que é talvez um dos
343 critérios que poderíamos pensar – claro que isso é muito mais para você do que
344 para os conselheiros, imaginou eu –, que tem a ver com a ideia da
345 internacionalização. Porque o meio ambiente é área, por excelência,
346 internacionalizada. Porque do ponto de vista territorial não faz muito sentido.
347 Nós dividimos em territórios, claro, mas muito mais pelo nosso próprio
348 comodismo da organização do setor público do que exatamente por demanda.
349 Seria muito melhor que nós pudéssemos trabalhar por aquela reorganização
350 que o governo estadual fez há pouco, não apenas de pensar os municípios,
351 mais de poder pensar as regiões. Teria mais qualidade para poder fazer quem
352 sabe no futuro um outro modelo de organização que pudéssemos ter, que não
353 apenas essa questão dos municípios, que vão estar vivendo uma situação tão
354 dramática quanto vimos nos relatos da AMM. Então talvez pudéssemos
355 recuperar. Eu acho que valeria a pena estar colocando isso na agenda dos
356 prefeitos. Eu não sei exatamente como essa área internacional vai se organizar
357 neste novo governo, mas acho que deveria ser, até pelo fato de que se mantém
358 o financiamento francês, como espécie de chamamento para aqueles novos
359 gestores. Alguns deles, experientes, mas uma grande quantidade de gente sem
360 a menor experiência em questões da relação entre o internacional, o doméstico
361 e o local. Para que pudéssemos puxar esse tipo de debate através de uma
362 coisa com tanta substância quanto essa que você apresenta aqui.” Conselheira
363 Laura de Moraes Andrade Coutinho: “Esse projeto estava nas mãos do Rodrigo
364 Perpétuo, dentro da Segov, e depois foi para a Secri com a saída do Rodrigo
365 para o Iclei. Eu ia até comentar que tive oportunidade de trabalhar na prefeitura
366 entre 2015/2016, e toda a internacionalização da cidade era voltada para a
367 pauta sustentável, com a COP 21, com a Conferência do Clima em Nova York e
368 demais outros eventos que a Secretaria de Relações Internacionais trabalhou
369 juntamente com o Meio Ambiente. E agora, estando dentro da Sedectes, na
370 Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística, eu me coloco à
371 disposição para apoiar a SEMAD nesse novo esforço de internacionalização. É
372 o interesse nosso dentro da superintendência, trabalhar juntamente com vocês
373 e promover essas agendas que, infelizmente, pelas mudanças políticas, foram
374 se perdendo um pouco. Então, se for necessário, se vocês julgarem
375 interessante, eu acho que poderíamos até alinhar as pautas e pensar em
376 alternativas para retomar não só com a França, mas outros países que têm
377 grande destaque na área de sustentabilidade e abatimento de carbono.” **7)**
378 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
379 presidente Letícia Capistrano Campos declarou encerrada a sessão, da qual foi
380 lavrada esta ata.

381

382

383

384

385

386

387

APROVAÇÃO DA ATA

Letícia Capistrano Campos
Presidente suplente da Câmara de Políticas
de Energia e Mudanças Climáticas